

Revisão sistemática: Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos Institutos Federais de Educação

Lucas de Moraes Negri

Amanda Santana Gomes-Silva

Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães

Maria da Piedade Resende da Costa

Lucas de Moraes Negri

Instituto Federal do Paraná, IFPR,
Brasil
E-mail: lucasnegri88@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-2705-639X>

Amanda Santana Gomes-Silva

Secretaria Municipal de Educação de
São Paulo, SME/SP, Brasil
E-mail: amandasgs@estudante.ufscar.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0425-5601>

**Luciana Carlena Correia Velasco
Guimarães**

Instituto Federal do Amapá, IFAP,
Brasil
E-mail: luciana.guimaraes@ifap.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0002-7891-8327>

Maria da Piedade Resende da Costa

Universidade Federal de São Carlos,
UFSCar, SP, Brasil
E-mail: piedade@ufscar.br
 <https://orcid.org/0000-0002-7420-5602>

Resumo

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) têm desenvolvido um papel fundamental na promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas no contexto da educação profissional e tecnológica. Justifica-se a revisão sistemática por oferecer um panorama significativo sobre o tema que pode apontar várias dimensões da mesma questão. Esse estudo tem como objetivo apontar os aspectos que têm sido enfatizados nos estudos sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tal como nos NAPNEs. Esse artigo refere-se a um levantamento bibliográfico, em que foram selecionadas três bases de dados e as buscas ocorreram no campo “busca avançada”: a) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES); b) Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e, c) Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os resultados obtidos destacam a importância das políticas governamentais na promoção da acessibilidade na educação. Além disso, ressaltam o papel dos NAPNEs em fornecer suporte, orientação e recursos para garantir o acesso à educação de estudantes com deficiência, reconhecendo também os direitos fundamentais desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial. Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas-NAPNEs. Instituto Federal.

Recebido em: 11/05/2024

Aprovado em: 07/11/2024



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e99014>

Abstract

Systematic review: Service Centers for People with Specific Educational Needs in Federal Institutes of Education

This article is an excerpt from the dissertation research carried out in the Postgraduate Program in Special Education at the Federal University of São Carlos. The Service Centers for People with Specific Educational Needs (NAPNEs) have played a fundamental role in promoting the inclusion of students with specific educational needs in the context of professional and technological education. The systematic review is justified as it offers a significant overview of the topic that can point out several dimensions of the same issue. This study aims to point out the aspects that have been emphasized in studies on the Federal Institutes of Education, Science and Technology, such as NAPNEs. This research deals with a bibliographical survey, for which three databases were selected, and the searches took place in the “advanced search” field: a) Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Persons (CAPES); b) Online Scientific Electronic Library (SciELO) and, c) Brazilian Library of Theses and Dissertations (BDTD). The results obtained highlight the importance of government policies in promoting accessibility in education. Furthermore, they highlight the role of NAPNEs in providing support, guidance and resources to ensure access to education for students with disabilities, while also recognizing the fundamental rights of these students.

Keywords:
Special Education. Service Centers for People with Specific Educational Needs. Federal Institute.

Resumen

Revisión sistemática: Centros de Atención a Personas con Necesidades Educativas Específicas en Institutos Federales de Educación

Este artículo es un extracto de la investigación de tesis realizada en el Programa de Posgrado en Educación Especial de la Universidad Federal de São Carlos. Los Centros de Atención a Personas con Necesidades Educativas Específicas (NAPNE) han jugado un papel fundamental en la promoción de la inclusión de estudiantes con necesidades educativas específicas en el contexto de la educación profesional y tecnológica. La revisión sistemática se justifica ya que proporciona una visión general significativa del tema y permite identificar diversas dimensiones de un mismo asunto. Este estudio tiene como objetivo señalar los aspectos que han sido destacados en estudios sobre los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología, como los NAPNE. Esta investigación trata de un levantamiento bibliográfico, para el cual se seleccionaron tres bases de datos y las búsquedas se realizaron en el campo “búsqueda avanzada”: a) Portal Periódico de la Coordinación para el Perfeccionamiento de las Personas en Educación Superior (CAPES); b) Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SciELO) y, c) Biblioteca Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Los resultados obtenidos resaltan la importancia de las políticas gubernamentales en la promoción de la accesibilidad en la educación. Además, destacan el papel de los NAPNE a la hora de brindar apoyo, orientación y recursos para garantizar el acceso a la educación de los estudiantes con discapacidad, reconociendo al mismo tiempo los derechos fundamentales de estos estudiantes.

Palabras clave:
Educación Especial. Centros de Atención a Personas con Necesidades Educativas Específicas. Instituto Federal.

Introdução

A Educação Especial tem se estabelecido como um imperativo no campo da educação em todo o mundo. O acesso igualitário à educação, independentemente de necessidades específicas, é uma prioridade que as sociedades contemporâneas têm abraçado com crescente comprometimento. Dentro desse contexto, a educação profissional desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios do mundo do trabalho, promovendo assim a inclusão social.

Este estudo¹ reflete a importância de examinar criticamente o papel desempenhado pelos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O NAPNE, em sua origem, é o setor institucional responsável por implantar e implementar as diretrizes do Programa TECNEP (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) e tem como função articular os recursos institucionais, profissionais e materiais no campus em que atua, no esforço de incluir o alunado com necessidades especiais. Nesse sentido, as ações do NAPNE abrangem todas as dimensões da acessibilidade, sejam elas materiais, atitudinais ou pedagógicas, ao mesmo tempo em que desenvolve parcerias com outras instituições, organizações e órgãos públicos que compartilham o mesmo objetivo de ofertar educação profissional para estudantes com necessidades educacionais especiais. Principalmente, o NAPNE, no campo da educação profissional e tecnológica, tem como objetivo educar para a convivência e respeito à diversidade, rompendo barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais (Anjos, 2006; Perinni, 2017).

A legislação que trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE) menciona a estruturação dos Napnes nos IFs a partir de 2008 pelo Decreto nº 6.571/2008 (Brasil, 2008). A partir dessa formalização, o NAPNE constitui-se no órgão de execução de ações voltadas para políticas de inclusão no âmbito dos IFs e desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de estudantes com necessidades específicas (deficiência visual/cego; deficiência física; deficiência intelectual; deficiência auditiva/surdez; transtorno do espectro autista; altas habilidades/superdotação; surdocegueira; deficiência múltipla; transtorno do déficit de atenção/hiperatividade - TDAH; estrangeiros e outros) no contexto da educação profissional. Oferece suporte individualizado, adaptações curriculares e estratégias pedagógicas que visam atender às necessidades singulares de cada aluno. Além disso, esses núcleos desempenham um papel relevante na sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da inclusão e na capacitação de docentes para lidar com a

¹ O presente artigo consiste em um recorte da pesquisa de dissertação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16947>.

diversidade de necessidades educacionais. O NAPNE é formado por servidores que atuam na instituição, sendo: assistente social, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, intérprete de Libras, pedagogo, nutricionista e assistente de alunos e professores. Essa equipe multidisciplinar, embora de atuação local, integra um objetivo de âmbito nacional, pois, compreender a criação dos NAPNEs dentro do IF perpassa o contexto do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalizante para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP) que é parte da política pública inclusiva no âmbito da educação, e tem como objetivo principal a consolidação dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, fixado no Brasil pela Lei Federal nº 9.394/96 (Brasil, 1996).

Sob essa perspectiva, a discussão realizada nesta revisão sistemática de literatura pretende apontar os aspectos que têm sido enfatizados nos estudos sobre os IFs, tal como nos NAPNEs. Sabe-se que há dificuldades destas instituições em se desenvolverem para contemplar o que está estabelecido pelas políticas públicas de inclusão e justifica-se a revisão sistemática por oferecer um panorama significativo sobre o tema que pode apontar várias dimensões da mesma questão.

A relevância do levantamento parte do pressuposto de que a revisão sistemática possibilita a compreensão histórica do objeto de estudo e auxilia na condução do percurso metodológico e analítico (Rother, 2007; Sampaio; Mancini, 2007; Costa; Zoltowski, 2014).

Rother (2007) afirma que as pesquisas de revisão são uma forma de trabalho que utilizam fontes de informações bibliográficas e/ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com a finalidade de fundamentar teoricamente um determinado objeto de estudo. Pode ser considerada como uma revisão planejada no intuito de responder um questionamento específico, utilizando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), as revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de pesquisas realizadas separadamente sobre um determinado objeto de estudo que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Tendo em vista os princípios que circundam a realização de uma revisão sistemática, segundo parte da literatura, é necessário apontar os elementos que compuseram sua realização neste trabalho. Primeiramente, foram escolhidos os portais para a busca, que, no total, foram três. A seguir, os critérios de inclusão e exclusão foram definidos, para que, ao final, as tabelas com os resultados quantitativos fossem devidamente apresentadas.

As buscas ocorreram no campo “busca avançada”, nas bases de dados: a) Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); b) Biblioteca Eletrônica

Científica Online (SciELO) e; c) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para as plataformas da SciELO e CAPES, foram considerados como critérios de inclusão os artigos em língua portuguesa que disponibilizassem o arquivo completo do artigo. Para a plataforma da BDTD, foram consideradas as dissertações e teses que tratavam sobre os IFs e as práticas de inclusão dos NAPNEs. Foram excluídos os artigos que não contemplaram esses critérios.

Apesar do maior número possível de trabalhos terem sido incluídos nesta revisão, convém apontar que não pode ser considerada uma discussão completa diante do número expressivo de base de dados utilizados e do recorte temporal que ocorreu de 2017 a 2021. Optou-se por selecionar os anos entre 2017 e 2021² por se tratar de cinco anos completos, fazendo com que fossem eleitas, preferencialmente, as produções brasileiras recentes que tratam sobre os Institutos Federais e as práticas de inclusão dos Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas.

Na Tabela 1, foram apresentados os termos de busca e suas combinações utilizadas, o total de trabalhos encontrados e aqueles que foram selecionados para este artigo, referente aos portais CAPES e SciELO. A Tabela 2 dispõe das combinações e textos acadêmico-científicos verificados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Ambas as tabelas serão, posteriormente, discutidas e terão seus refinamentos apresentados.

Tabela 1 – Resultado de busca de periódicos no Portal CAPES e no Portal SciELO com as respectivas combinações entre termos, operadores booleanos e resultados entre 2017-2021

Busca	1º termo	Booleano	2º termo	Resultado	Seleção
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Educação Profissional e Tecnológica	33	5
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Instituto Federal	121	4
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Rede Federal	25	0
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Educação Profissional e Tecnológica	30	5
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Instituto Federal	104	5
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Núcleo de Acessibilidade	30	1
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Núcleo de Acessibilidade	37	3

² O recorte temporal tem relação com o ano de escrita da dissertação. É importante ressaltar que 2020 e 2021 houve pandemia de COVID-19 e isso pode ter causado alteração nos dados.

Qualquer, (é) exato	Instituto Federal	AND	Núcleo de Acessibilidade	9	0
Qualquer, (é) exato	Instituto Federal	AND	Núcleo de Acessibilidade	3	1
Qualquer, (é) exato	Instituto Federal	AND	NAPNE	18	3
TOTAL					27

Fonte – Elaborada pelos autores, com base em levantamento realizado na CAPES e na SciELO, 2023.

As combinações “Educação Especial *AND* Rede Federal”; “Instituto Federal *AND* Núcleo de Acessibilidade”, não apresentaram resultados nas buscas, tanto no Portal da CAPES, quanto no SciELO.

As demais combinações apresentaram, no máximo, cinco estudos em uma só faixa de resultados: “Educação Especial *AND* Educação Profissional e Tecnológica”; “Educação Inclusiva *AND* Educação Profissional e Tecnológica” e; “Educação Inclusiva *AND* Instituto Federal”.

Os 27 estudos encontrados podem indicar que a discussão sobre a temática vem tomando um lugar significativo na academia que trata sobre a educação de pessoas com deficiência. Os artigos instituídos no ambiente de instituto federal terem somado 27 resultados é coerente, haja vista a importância da discussão do ensino de pessoas com deficiência sob a ótica das questões sociais, históricas e culturais. No entanto, há outro modo de se interpretar esse quantitativo, que é a insuficiência, quando se considera o Brasil enquanto um país de grandes dimensões, que pode prover relatos sobre a trajetória de estudantes com deficiência nos institutos com um número maior do que este encontrado.

Tabela 2 – Resultado de busca de periódicos na BDTD com as respectivas combinações de palavras, operadores booleanos e resultados entre 2017-2021

Busca	1º termo	Booleano	2º termo	Resultado	Seleção
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Educação Profissional e Tecnológica	384	1
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Instituto Federal	593	4
Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Rede Federal	691	3
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Educação Profissional e Tecnológica	87	0
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Instituto Federal	168	2
Qualquer, (é) exato	Educação Inclusiva	AND	Núcleo de Acessibilidade	25	1

Qualquer, (é) exato	Educação Especial	AND	Núcleo de Acessibilidade	28	1
Qualquer, (é) exato	Instituto Federal	AND	Núcleo de Acessibilidade	15	0
Qualquer, (é) exato	Educação Profissional e Tecnológica	AND	Núcleo de Acessibilidade	13	0
Qualquer, (é) exato	Instituto Federal	AND	NAPNE	12	1
TOTAL					13

Fonte – Elaborada pelos autores, com base em levantamento realizado na BDTD.

Ao realizar as buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nota-se que as combinações “educação inclusiva AND educação profissional e tecnológica”; “instituto federal AND núcleo de acessibilidade” e; “educação profissional e tecnológica AND núcleo de acessibilidade” não apresentaram resultados nas buscas.

Por meio das buscas na BDTD, foram selecionados 13 estudos, os quais foram lidos e analisados. Após a leitura e análise, foram selecionados um total de três trabalhos, sendo duas teses e uma dissertação.

Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, que resultaram na seleção de 8 trabalhos, apresentados na Tabela 3. As produções científicas foram lidas na íntegra e analisadas, destacando-se determinados elementos, tais como: tema de estudo, abordagem metodológica e núcleos de acessibilidade.

Tabela 3 – Relação de Estudos encontrados e selecionados com seu respectivo periódico de publicação lidos na íntegra e analisados

AUTOR (A)	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO
Ana Lídia Braga Melo Cunha	A Produção do Conhecimento sobre o Programa TEC NEP nos Programas De Pós- Graduação No Brasil – 2000-2014	2018	Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica
Andréa P. Sonza; Carla A. R. Vilaronga; Enicéia G. Mendes	Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação	2020	Revista Educação Especial
Luana Tillmann Judith Mara de Souza Almeida	A Oferta da Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica	2020	Revista Metodologias e Aprendizado

Wanessa Moreira de Oliveira Edicleia Mascarenhas Fernandes	Possibilidades e Limites na Educação Profissional e Tecnológica	2020	Revista de Educação, Ciência e Tecnológica
Fernanda Souza da Silva Álvaro Itaúna Pereira Francisco Adelton Ribeiro	A Práxis Inclusiva dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e sua Relevância na Educação Profissional e Tecnológica.	2020	Revista Educação e Emancipação
Wanessa Moreira de Oliveira Cristina Maria Carvalho Delou	Estudantes Público-Alvo da Educação Especial nos Institutos Federais: Quem São?	2021	Revista de Educação Ciência e Tecnológica
Carla Ariela Rios Vilaronga Michele Oliveira da Silva Ana Beatriz Momesso Franco	Inclusão Escolar e Atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo	2021	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
Lucilia Vernaschi de Oliveira Solange Franci Yaegashi Nathália Fafarão Ruiz	Educação Profissional Técnica e Tecnológica no IFPR: a Educação Especial em Questão	2021	Revista. Diálogo Educação

Fonte – Elaborada pelos autores, 2023.

Os estudos foram encontrados na sua maioria concentrados em revistas direcionadas para a Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica, em periódicos específicos da área de Educação.

Sobre a abordagem metodológica, a prevalência foi por trabalhos de natureza documental, recorrendo-se a pesquisas de abordagem qualitativa, a fim de compreender o fenômeno estudado. A pesquisa documental implica trazer para a discussão uma metodologia que é “[...] pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais” (Lüdke; André, 1986, p. 38).

Nos artigos selecionados nas plataformas da CAPES e SciELO, os trabalhos encontrados apontam para dois temas principais: a) a importância das políticas públicas no direito à escolarização de estudantes com deficiência e; b) o papel dos NAPNEs no direito dos estudantes com deficiência.

A importância das Políticas Públicas no Direito à Escolarização de Estudantes com Deficiência, conforme estudos em análise

Tillman e Almeida (2020) refletem sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na EPT e analisam alguns aparatos legislativos, documentos oficiais e discursos de teóricos que discorrem sobre o processo de inclusão social e escolar. Para tal fim, destacam a Lei Brasileira

de Inclusão, pensando na perspectiva da legitimação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Dentre tais direitos, o direito à educação é existente e fundamental para o exercício da cidadania dessa parcela da população. Por fim, as autoras consideram que a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) na Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como um direito à emancipação da pessoa com deficiência, instrumentalizando-a para o decorrer de sua trajetória de vida e sucessos pessoais.

Apesar de a legislação assegurar estes direitos para a pessoa com deficiência, Oliveira e Delou (2021) apontam que a acessibilidade ainda não é garantida de forma plena para todos os indivíduos com necessidades especiais. A acessibilidade deve permear os diversos contextos que fazem parte da vida da pessoa com deficiência, incluindo os ambientes educacionais, no que diz respeito à questão de acessibilidade.

Para as autoras Vernaschi, Yaegashi e Ruiz (2021), a educação especial, como modalidade de ensino, busca efetivar, por meio de dispositivos legais, recursos e serviços de acessibilidade no atendimento às especificidades do seu público. Ressaltam que a educação especial está bem amparada legalmente no país, porém as práticas inclusivas não caminham em consonância com a legislação em vigor.

Em relação à inclusão e atuações dos Núcleos de Apoio às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, Vilaronga, Silva, Franco e Rios (2021), vão ao encontro de Tillman e Almeida (2020) em relação à legislação que ampara a pessoa com deficiência. Esses autores apontam a necessidade de melhoria na qualidade do atendimento educacional na escolarização de alunos PAEE. Defendem, ainda, a perspectiva voltada para o desenvolvimento de estratégias educacionais que se relacionam ao planejamento, implementação de recursos humanos, materiais e avaliação processual de todos esses elementos que compõem, com base nos direitos dispostos na legislação brasileira, as ações que viabilizam a legitimação dos direitos do campo da educação (Brasil, 2015).

O papel dos NAPNEs e o direito dos estudantes com deficiência, conforme estudos em análise

Cunha (2015) analisou a produção do conhecimento sobre o Programa TEC NEP e ações desenvolvidas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) para a inclusão de estudantes com deficiência. O autor ressalta que, embora tenham ocorrido avanços, há também limites e desafios que têm dificultado o trabalho dos NAPNEs como o baixo número de matrículas, falta de estrutura física, material, recursos humanos e financeiros. Cunha (2015) apontou ainda a relevância de contemplar programas e as ações desenvolvidas na RFPCT, chegando à

conclusão de que o maior de todos os desafios dentro da instituição é a construção de um ambiente inclusivo e que seja capaz de preparar as pessoas com deficiência para o mundo do trabalho.

Silva, Pereira e Ribeiro (2020) abordaram o tema *práxis da inclusão* e a relação com os NAPNEs no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por considerar a necessidade de discussão sobre a temática IFs, é imprescindível enfatizar que os NAPNEs constituem-se em espaços formais que promovem e executam a legitimação das diretrizes de inclusão das pessoas com deficiência. Isso é realizado, em parte, por meio de ações e práticas de atendimento educacional especializado, a fim de colaborar com a entrada, permanência e saída com êxito dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Os NAPNEs, entretanto, apesar de configurar esse relevante papel no âmbito do instituto federal, atua como centro de referência e não deve ser o único a estar responsável pela acessibilidade. O instituto todo, de gestores a alunos com e sem deficiência, devem compor a inclusão (Cunha, 2015; Silva; Pereira; Ribeiro, 2020). Desse modo, a atenção à acessibilidade atitudinal de todos é um elemento que perpassa a trajetória integral do discente com deficiência, possibilitando que algumas barreiras sociais sejam previamente superadas, contando com princípios de alteridade (Pletsch; Melo, 2017).

Oliveira e Fernandes (2020) apontam pontos positivos para o processo de inclusão, a começar pelas próprias diretrizes de trabalho concebidas para a atuação da rede EPCT, com objetivo de privilegiar o desenvolvimento local, econômico e social dos NAPNEs, buscando, da melhor maneira possível, atender as demandas dos estudantes que ingressam na instituição, atrelando de forma alinhada com o trabalho de pesquisa, ensino e extensão.

Sonza, Vilaronga e Mendes (2020) indicam que os NAPNEs, apesar de assumirem parte considerável do papel de ensino, pesquisa e extensão, têm apresentado diversas fragilidades. Nesse mesmo viés e para tratar as possibilidades e limites no trabalho inclusivo na educação profissional e tecnológica, Oliveira e Fernandes (2020) destacam no local de pesquisa elementos que dificultam o processo de inclusão, como a falta de capacitação de servidores e escassez de investimentos (tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais). Em consonância com tal afirmação, Pletsch e Melo (2017) destacam também a questão atitudinal para com os estudantes PAEE, que acaba por ser um fator preponderante em diversos episódios vinculados à permanência desse público nos institutos.

A constituição histórica do que foi apresentado possibilita compreender a estrutura dos institutos federais para efetivação destes serviços que são propostos. Ao anunciar este aspecto, a revisão sistemática proporciona a reflexão sobre as práticas inclusivas estabelecidas nas legislações e articuladas com a Educação Profissional e Tecnológica.

Posto isso, os trabalhos apresentados sustentam a discussão acerca das dificuldades de tornar efetivas as diretrizes vigentes no âmbito dos IFs, bem como alinhar essa legislação com os trabalhos que são desenvolvidos pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Tabela 4 – Trabalhos encontrados e lidos na íntegra com autoria, tipo de produção, título, ano de publicação e o respectivo objetivo

AUTOR (A)	PRODUÇÕES	TÍTULO	ANO	OBJETIVO E TIPO DE ESTUDO
Rosilene Lima Da Silva	Dissertação	O núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (NAPNE) nos institutos federais da Região Nordeste do Brasil: desafios políticos e perspectivas pedagógicas	2017	Caracterizar e discutir as demandas e os desafios dos NAPNEs no processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial nos IFs da Região Nordeste, considerando os documentos institucionais que orientam suas ações. (revisão bibliográfica e levantamento documental)
Katiuscia Aparecida Moreira de Oliveira Mendes	Tese	Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros	2017	Investigar as ações institucionais dos IFs para o atendimento ao público da Educação Especial. Abordagem qualitativa (pesquisa de levantamento, bibliográfica e documental).
Fernanda Silva Maekava	Tese	Os desafios do processo de inclusão no Instituto Federal de São Paulo sob o olhar de estudantes com deficiência, professores e membros do NAPNE	2020	Analizar o processo de inclusão de estudantes com deficiência dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de campus do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) a partir da percepção destes e de seus professores, coordenadores de curso e membros do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) (Pesquisa qualitativa)

Fonte - Elaborada pelos autores, 2023.

Desse modo, foram três trabalhos, sendo duas teses e uma dissertação. Duas dessas produções são do ano de 2017 e uma de 2020. Os temas de pesquisas tratavam, todos, sobre parte das realidades vivenciadas nos Institutos Federais brasileiros.

Silva (2017) destaca o NAPNE nos institutos federais da Região Nordeste, colocando em xeque alguns desafios políticos e parte das perspectivas pedagógicas verificadas no decorrer da realização da dissertação da autora.

Mendes (2017), em sua tese, discorre sobre a educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e seus elementos pertinentes, destacando também os desafios que ocorrem no processo inclusivo verificado na realidade pesquisada pela autora.

Em 2020, a tese de Maekava (2020) apresentou os desafios do processo de inclusão no Instituto Federal de São Paulo, reproduzindo, principalmente, a perspectiva de alunos PAEE, professores do instituto e outros membros que compõem o NAPNE.

Assim, em busca de um maior aprofundamento dos aspectos abordados pelos autores, a análise desses estudos priorizou três eixos temáticos:

a) A educação Especial nos Institutos Federais em uma perspectiva macro

Algumas autoras não descentralizam o impacto do contexto macro do país com os fatores que tangenciam o campo dos institutos federais. Mendes (2017) indica que o polo político do Brasil tem participação nas potencialidades e nas dificuldades que essas instituições possuem ao gerenciar o ingresso, a permanência e o sucesso de estudantes com deficiência.

Aspectos históricos sociais somam-se aos impactos da trajetória nos institutos dessa população, assim como uma possível omissão do poder público. O histórico não tão recente de exclusão da sociedade pode afastar o alunado da educação nos institutos. O reajuste dessas frentes para um caráter mais propositivo para a educação poderia influenciar em uma mudança positiva sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil (Mendes, 2017; Silva, 2017). Esforços perante a organização, assim como apresentado por Mendes (2017), devem ser uma frente emergente de trabalho nos institutos federais, com intuito de promover o ensino e a estruturação física e de planejamentos.

A própria legislação, parcialmente, não dialoga com as legitimações que pode haver nos contextos dos institutos federais. Essa desarticulação macro permeia, inclusive, a rotina dos poucos profissionais que atuam na educação especial desse ambiente. A interlocução federal com esses locais de ensino deve se tornar mais latente com a criação de novas diretrizes específicas e maior investimento em formações docentes (Mendes, 2017; Silva, 2017; Maekava, 2020).

b) Práticas pedagógicas

As práticas nos institutos se situam nas convergências entre recursos materiais, tecnológicos, adaptações e metodologias de ensino diferenciadas, buscando fomentar estratégias de curto, médio e longo prazo para os estudantes com deficiência (Maekava, 2020).

Segundo Silva (2017), discussões conceituais e éticas sobre a educação de pessoas com deficiências vêm sendo realizadas, assim como vem sendo criado um ambiente de socialização e começo de acessibilidade atitudinal, fazendo institutos serem reconhecidos por parte da sociedade pelo ensino de pessoas com deficiência (Maekava, 2020). Nessas qualidades, Haas e Sozo (2021) acrescentam que a atenção para adequar o currículo é, paulatinamente, mais frequente nos institutos, assim como apoios pedagógicos, tutoria de pares, planos individuais e início de produção de materiais

acessíveis. Contudo, ainda há o que se aprimorar em todas as frentes citadas pelas autoras, como elas próprias advertem.

Sobre as práticas pedagógicas, Maekava (2020) destaca que existem práticas individualizadas, baseadas nas diferenças dos estudantes, sendo realizadas. Silva (2017) indica que essas ações individuais reconhecem as diferenças e podem possibilitar bons resultados nas aprendizagens de discentes com deficiência. Por outro lado, Mendes (2017) informa que as questões pedagógicas mais centralizadas em identidades dos alunos acabam ficando de lado, principalmente quando se compara com as preocupações arquitetônicas (tanto nas diretrizes quanto nas práticas pedagógicas). Por fim, Maekava (2020) aponta que práticas assistencialistas não podem ser majoritárias como aparecem em alguns lugares e que, processualmente, devem ser superadas e trocadas por práticas mais profissionais, que reconheçam o servidor do instituto como alguém que não é filantrópico e sim formado para atuação com pessoas com deficiências (Mendes, 2017; Silva, 2017).

c) Compreensão de acessibilidade

O cenário das práticas pedagógicas pode nos indicar como a gestão desses locais de ensino comprehende a acessibilidade, muito influenciada pela cultura educacional brasileira em torno desta parcela da população com deficiência. Isso, pelo motivo de que um local se inclina a um entendimento plural da acessibilidade, enquanto outro remete a uma compreensão alocada a rampas e escadas, por exemplo. É preciso se atentar para todas as esferas da acessibilidade, da maneira mais próxima possível (Mendes, 2017). Haas e Sozo (2021) colocam, para institutos federais, uma urgência no aprimoramento dos conhecimentos referentes à acessibilidade curricular, que vem sendo um eixo frágil dentre os eixos de acessibilidade nestes ambientes educacionais.

Os entendimentos educacionais tradicionais, segundo Silva (2017), precisam, paulatinamente, ser superados pelas instituições federais, a fim de possibilitar um entendimento amplo dos elementos que compõem a acessibilidade de discentes com deficiência. Alguns estudos endossam que o conhecimento amplo sobre o que é acessibilidade e as estratégias para materializá-la são relevantes para quaisquer níveis de ensino (Cabral, 2021).

Contudo, Mendes (2017) mostra que certos institutos possuem centralidade no pensamento arquitetônico no que tange à acessibilidade, sendo que isso nem sempre se traduz em uma “facilidade” de implantar a acessibilidade arquitetônica de forma plena no ambiente. Por outro lado, Silva (2017) diz que a falta de infraestrutura em alguns institutos é notória, sendo talvez a preocupação mais latente para se gerenciar.

d) Recursos humanos

É preciso discutir a cultura desses locais e as atribuições de tarefas que, muitas vezes, podem ter um caráter distante da perspectiva biopsicossocial ou podem sobrecarregar os poucos recursos humanos (Mendes, 2017; Silva, 2017). A discussão da acumulação de funções deve ser realizada até em benefício dos trabalhos realizados em atendimento educacional especializado (AEE).

Abordando o AEE, Zerbato e Oliveira (2018) explicam que é nesse local que os estudantes surdos são acolhidos para o ensino do português escrito como segunda língua, tendo como frente o ensino todo feito em língua de sinais. Logo, esse local (não só por causa do público surdo, mas de todos) não pode ter ausência de recursos materiais, tecnológicos e humanos.

O AEE pode sofrer com a insuficiência de contratação de profissionais e de acúmulo de funções de grupos gestores locais (Mendes, 2017). A autora, ao explanar a falta de contratação, faz com que seja preocupante a percepção de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) sobre a importância que tem o ensino colaborativo (que envolve a colaboração entre dois ou mais recursos humanos) para impulsionar a inclusão em institutos. Considera-se ainda que o ensino colaborativo poderia ser realizado com poucos recursos humanos e com recursos humanos que, muitas vezes, possuem formação insuficiente (Mendes, 2017; Maekava, 2020).

O ensino colaborativo nesses locais é de relevância segundo Zerbato, Vilaronga e Santos (2021, p. 330), ao explanarem que “A soma de conhecimentos e práticas dos diferentes profissionais que compunham a equipe de apoio foi muito importante na tomada de decisões e elaboração de estratégias junto aos professores do ensino comum”. Este fator é favorável ao ensino de pessoas com deficiência, essa interlocução entre recursos humanos e a não sobrecarga sobre eles, para que possam manter a atenção e qualidade aos trabalhos de planejamento, implementação e avaliação.

Uma vez que a gestão desses locais está sobrecarregada, o trabalho fica mais difícil, segundo Mendes (2017), de se desenvolver. É necessária que seja afastada, nos institutos, a ideia de “improvisações” que, conforme Silva (2017), são vistas no AEE. É preciso um trabalho de operacionalização para que isso seja superado e que se atente minuciosamente às etapas de planejamento do instituto para a educação especial e sua respectiva implementação e avaliação, em uma proposta colaborativa, envolvendo gestão, docentes e até alunos e famílias (Maekava, 2020).

e) Formação docente

Mendes (2017) e Maekava (2020) destacam a formação de professores nos institutos federais. Elas indicam que isso é uma forma de ampliar o entendimento sobre acessibilidade. Haas e Sozo (2021) destacam em suas considerações que a urgência para os institutos federais são as formações

docentes continuadas, principalmente quando essas contiverem o tema acessibilidade curricular como pilar.

Logo, instrumentalizar os docentes em relação às ações pedagógicas da educação especial é necessário, realizando uma formação de professores que, de acordo com Maekava (2020), não seja somente on-line e facultativa. Maekava (2020) informa que a indicação de insuficiência na formação é com base nos relatos dos próprios profissionais. Tal formação, ainda segundo a autora, deve conter mais investimentos financeiros, para ser desenvolvida com êxito.

Entender o caráter de um instituto federal no momento de planejar essa formação é viável, tendo em vista que “[...] alguns dos professores que compõem o quadro, em especial os que lecionam nos cursos técnicos, não são formados em cursos de licenciatura, visto que possuem formação em bacharelado e aprendem a ser professores na prática” (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021, p. 325). Em outras palavras, é uma formação que deve abarcar não só a educação especial, mas a educação em si, ao se propor uma formação que tenha como princípio a interlocução do professor com os elementos que compõem as minorias políticas que conseguem acessar a educação nesses ambientes. É uma formação para além do professor especialista, e sim do docente que, processualmente, consiga desenvolver um trabalho de compreensão do aluno e, também, dos desafios que podem estar imbricados na rotina educacional destes discentes com deficiência. Haas e Sozo (2021) corroboram com esse cenário, uma vez que membros do NAPNE e a própria coordenação não possuem a formação em educação especial que frise o sujeito enquanto vir a ter suas habilidades e competências desenvolvidas para o mundo do trabalho ou para formações acadêmicas posteriores.

Essa formação necessita ser proposta, pelas instituições, de forma mais assertiva, com um planejamento que mostre aos professores que obter essas experiências é relevante para: a) a legitimação de direitos das pessoas com deficiência e; b) o cumprimento do que entendemos por direitos humanos. A visão de Mendes (2017) é corroborada com a informação apresentada posteriormente por Maekava (2020), sobre a instituição possuir dificuldades em prover formação continuada aos docentes. Além disso, deve ser frequente e com diálogos sobre o tema educação especial (Silva, 2017) e conter “[...] ênfase no aprofundamento do entendimento sobre a concepção social de deficiência, quebra de barreiras, acessibilidade, desenho universal e tecnologias assistivas” (Haas; Sozo, 2021, p. 65).

Considerações Finais

Pode-se inferir que a evidência comum entre pesquisadores, fundamentada em dados de suas pesquisas, de forma geral, relaciona-se ao aspecto desafiador e inovador da proposta de inclusão do

público-alvo composto pelos estudantes com necessidades especiais. As dificuldades, principalmente aquelas materializadas por omissões políticas, questões de acessibilidades e formações específicas para os NAPNEs permeiam os estudos encontrados. Ainda é possível constatar nesses estudos, o caráter espontâneo de ações implantadas pelo NAPNE, no decorrer das exigências que se apresentam, aproximando-se do improviso. Tal fato permite uma dupla interpretação: negativa quando se considera a falta de amparo por protocolos e métodos validados, o que pode trazer ineficiência e prejuízo para os estudantes e instituição; positiva, quando se considera que as ações elaboradas pelas necessidades do momento, podem se consolidar, quando devidamente testadas e validadas, como aprendizagem para a construção de um caminho único, específico e singular, que atenda as demandas e desafios de inclusão para estudantes com necessidades especiais nos Institutos Federais.

Por fim, como síntese, é importante destacar que os resultados dessa revisão sistemática apontaram pontos de extrema vulnerabilidade do panorama examinado, contudo, também foi evidenciada a importância da criação, da formação e dos pontos positivos alcançados em um ambiente institucional, nos moldes de abrangência dos IFs, com o propósito de incluir pessoas com necessidades especiais, fato que, inegavelmente, constitui significativo avanço para a Educação Especial.

Referências

ANJOS, Isa Regina Santos dos. Programa Tec Nep: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UFSCAR, 2006, 91 p.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 06 out 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, p.26, 18 set; 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=18/09/2008>. Acesso em: 21 nov 2024.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BRM), diferenciação e acessibilidade curricular. **Cadernos CEDES [online]**, Campinas, v. 41, n. 114, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/c5RwSRJ5F9VKpBLgYtgh7Df/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 06 dez. 2021.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. **Como escrever um artigo de revisão sistemática.** In.: KOLLER, Silvia; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. (org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 55–70.

CUNHA, Ana Lídia Braga Melo; SILVA, Lenina Lopes Soares. **A produção do conhecimento sobre o programa TEC NEP nos programas de pós-graduação no Brasil–2000–2014.** In: COLÓQUIO NACIONAL - A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 3., 2015,

Natal. Anais [...]. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1207> . Acesso em: 07 out. 2023.

HAAS, Clarissa; SOZO, Carolina Mross. Acessibilidade curricular e ensino de matemática no ensino médio integrado à educação profissional a partir da documentação pedagógica. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.114010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/114010> . Acesso em: 27 dez. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAEKAVA, Fernanda Silva. **Os desafios do processo de inclusão no Instituto Federal de São Paulo sob o olhar de estudantes com deficiência, professores e membros do NAPNE**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, p.136. 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193464/maekava_fs_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y . Acesso em: 07 out. 2023.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros**. Tese – (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 167. 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/1de795f0-bdb0-4250-962f-646deae7002a/content> . Acesso em: 07 out. 2023.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; FERNANDES, Ediclei a Mascarenhas. Possibilidades e limites do trabalho inclusivo na educação profissional e tecnológica. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 9, n. 1, 2020. DOI: 10.35819/tear.v9.n1.a3935. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3935> . Acesso em: 27 dez. 2023.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. Estudantes público-alvo da educação especial nos institutos federais: quem são? **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4843> . Acesso em: 06/12/2023.

PERINNI, Sanandreia Terezani. Do direito à Educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES. 227 f. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas?page=2>. Acesso em: 15 jun. 2020,

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610–1627, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10354. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354> . Acesso em: 6 dez. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt> . Acesso em: 06 out. 2023.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**. v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt> . Acesso em: 06 out. 2023.

SILVA, Rosilene Lima da. **O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos institutos federais da região nordeste do Brasil: desafios políticos e perspectivas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p. 179. 2017. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4528> . Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, Fernanda Souza da; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelton Alves. A Práxis Inclusiva dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e sua Relevância na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Educação e Emancipação**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 251–269, 2020. DOI: 10.18764/2358-4319.v13n2p250-269. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/14955> . Acesso em: 6 dez. 2023.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313162288069/313162288069.pdf> . Acesso em: 06 dez. 2023.

TILLMANN, Luana; ALMEIDA, Judith. A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. **Metodologias e Aprendizado**, [s.l.], v. 1, p. 123-129, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1123> . Acesso em: 06 dez. 2023.

VERNASCHE DE OLIVEIRA, Lucília; RAIMUNDO YAEGASHI, Solange Franci; FAFARÃO RUIZ, Nathália. Educação profissional técnica e tecnológica no IFPR: a educação especial em questão. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 21, n. 71, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.071.DS12. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28441> . Acesso em: 6 dez. 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; SILVA, Michele Oliveira da; FRANCO, Ana Beatriz Momesso; RIOS, Gabriela Alias. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 283- 307, jan. 2021. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812021000100283&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 06 dez. 2023.

ZERBATO, Ana Paula; OLIVEIRA, Sara Pereira dos Santos. **O atendimento educacional especial no Instituto Federal Baiano: concepções iniciais da experiência no Campus Uruçucu.** In: Anais do 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/o-atendimento-educacional-especializado-no-instituto-federal-baiano--concepcoes-iniciais-da-experiencia-no-campus-urucuc>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ZERBATO, Ana Paula.; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, p.319-336, jan.-dez., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/#>. Acesso em: 06 dez. 2023.